



Saiba como o Sistema da Dívida afeta a sua vida

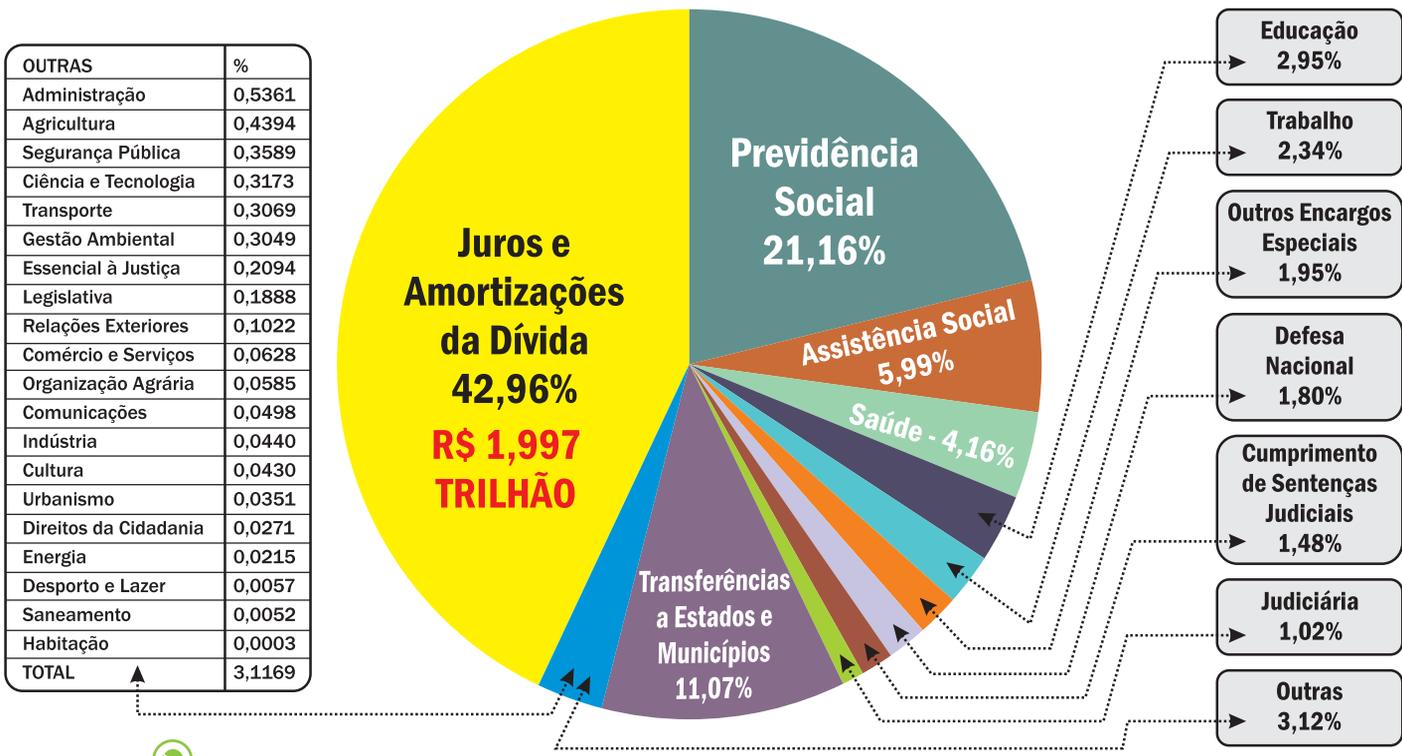
Conheça e participe da ACD!

A Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) é uma associação sem fins lucrativos, que conta com o apoio e colaboração de importantes entidades da sociedade civil e pessoas voluntárias que atuam pelo cumprimento da Constituição Federal, no que diz respeito à realização da auditoria da dívida (art. 26 do ADCT da CF de 1988).

Você já conhece o gráfico do Orçamento Federal elaborado pela ACD?

Anualmente a ACD prepara, com dados oficiais, o gráfico do Orçamento Federal Executado, indicando os valores efetivamente pagos para cada área. Esse gráfico escancara a sangria provocada pelo Sistema da Dívida e tem sido um instrumento fundamental na conscientização do povo brasileiro sobre a necessidade de enfrentamento desse sistema por meio da ferramenta da auditoria integral, com participação social.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2024 = R\$ 4,648 TRILHÕES



Fonte: Painel do Orçamento Federal - <https://www1.sjop.planejamento.gov.br/painelorcamento>
 Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 12/2/2025. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 4 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), "Cumprimento de Sentenças Judiciais" (Programa 0901) e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pela concessão de financiamentos).

Em 2024, o governo federal destinou a maior fatia de seu orçamento para o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição. Foram cerca de R\$ 2 trilhões pagos ao Sistema da Dívida, que representam quase 43% de todos os gastos federais. O mais grave é o fato de essa chamada dívida pública não ter servido para investimentos no Brasil, como já afirmou o Tribunal de Contas da União.

A fim de ampliar a compreensão sobre o Sistema da Dívida e sua relação com a vida das pessoas e seus direitos, bem como a relação com os juros elevadíssimos praticados no Brasil e a submissão a um modelo econômico produtor de escassez para a imensa maioria das pessoas, a ACD tem produzido cartilhas, cursos e lançado várias campanhas, como as descritas a seguir e disponíveis em www.auditoriacidada.org.br

Campanha Nacional por Direitos Sociais



A Campanha Nacional por Direitos Sociais é uma campanha viva, cujo objetivo é **articular e fortalecer todas as lutas sociais** que estão acontecendo, pois essa união aumenta as forças da sociedade civil e as chances de enfrentar as graves restrições impostas pelo "arcabouço fiscal" aos investimentos sociais. <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>

A campanha denuncia que **NÃO FALTA DINHEIRO NO BRASIL!** O problema está na má distribuição dos recursos, como ilustra o gráfico do Orçamento Federal elaborado anualmente pela ACD. Enquanto os direitos sociais ficam submetidos às restrições orçamentárias impostas pelo chamado "arcabouço fiscal" (teto e limites), os gastos com os elevados juros e demais mecanismos do Sistema da Dívida não têm limite algum, ao contrário, têm prioridade sobre todos os demais gastos públicos urgentes que a sociedade necessita! **Por isso é necessária uma campanha que articule e fortaleça as lutas sociais por direitos.**

A 1ª Plenária Nacional, realizada em março de 2024 em Brasília, reuniu representantes de todo o país para discutir a situação dos direitos sociais e compartilhar informações sobre lutas em andamento. A articulação e a troca de experiências são essenciais para fortalecer essas iniciativas e garantir visibilidade.

A participação ativa de todos é fundamental para o sucesso da campanha, pois a união de esforços aumenta as chances de efetivar mudanças significativas na política social brasileira.

Aguardamos a sua participação e da entidade da qual você faz parte. Entre em contato com a Coordenação da Campanha: campanhapordireitossociais@gmail.com



Campanha pelo limite de juros no Brasil



O Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 104/2022 estabelece limites para a cobrança de juros no Brasil.

Esse projeto decorre de iniciativa do coletivo da Auditoria Cidadã da Dívida, desenvolvida em colaboração com o Observatório de Finanças da Comissão Brasileira Justiça e Paz e conta com o apoio de diversas entidades da sociedade civil comprometidas com a justiça financeira e social.

Vale ressaltar que mais de 76 países ao redor do mundo já implementaram legislações ou normas destinadas a limitar os juros e coibir a usura, impedindo a cobrança de juros excessivos.

Caso aprovado este projeto de lei, as taxas de juros (para qualquer tipo de empréstimo ou financiamento) ficarão limitadas a um patamar

que não ultrapasse o dobro da Taxa Selic, com um **teto máximo definido de 12% ao ano**. Esse percentual está alinhado com a realidade de vários países desenvolvidos, como a Espanha, que adota um limite de 7,5% ao ano, a França com 14,96% ao ano, e Portugal, que estabelece um teto de 15,7% ao ano.

O projeto de lei também **impede o nocivo mecanismo que denominamos Bolsa-Banqueiro**, correspondente a uma remuneração injustificada paga diariamente aos bancos sobre um dinheiro que sequer pertence a eles e tem consumido centenas de bilhões de reais todo ano!

A alta taxa de juros praticada no Brasil amarra toda a economia, prejudica as pessoas endividadas e também é a principal responsável pela explosão da chamada dívida pública, pois a cada 1% de aumento na Taxa Selic, o país gasta, anualmente, R\$ 55 bilhões a mais com juros da chamada dívida pública, segundo dados do Banco Central.

Atualmente, este projeto de lei está em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados e é fundamental que receba amplo apoio popular. Você pode participar e expressar sua opinião votando na enquete oficial disponível em: <https://www.camara.leg.br/enquetes/2333328>.

EXIGIMOS LIMITE PARA OS JUROS NO BRASIL



Campanha É Hora de Virar o Jogo



A campanha É HORA DE VIRAR O JOGO visa mobilizar a sociedade para promover uma transformação no modelo econômico atual, que tem gerado escassez e miséria para a imensa maioria do povo brasileiro, em contraste com a abundância de recursos e riquezas que nosso país possui.

O cenário de escassez no Brasil é o resultado de decisões econômicas que favorecem os setores mais abastados (bancos, grandes corporações, rentistas etc.) em detrimento da classe trabalhadora, que amarga salários reduzidos, e grande parte da população excluída de direitos sociais e oportunidades.

O modelo econômico produtor de escassez é sustentado principalmente pelos 4 eixos descritos a seguir, os quais aprofundam continuamente a desigualdade social e impedem que a maioria da população tenha uma vida digna no Brasil:

1. Sistema da Dívida: o funcionamento distorcido da chamada dívida pública subtrai, continuamente, elevados montantes de recursos orçamentários e os transfere para bancos e grandes rentistas, priorizando o pagamento de juros elevadíssimos e injustificáveis, em detrimento da realização de investimentos essenciais ao nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental;

2. Política Monetária suicida: o Banco Central eleva os juros a patamares elevadíssimos e, ainda por cima, esteriliza trilhões de reais no mecanismo da Bolsa-Banqueiro. Além de não controlar o tipo de inflação que existe no Brasil, gera escassez de moeda na economia, eleva os juros de mercado, desestimula investimentos produtivos, gera desemprego e explode a chamada dívida pública;

3. Modelo Tributário Regressivo: sistema que sobrecarrega pesadamente a classe trabalhadora e os mais pobres, enquanto distribui benesses, incentivos fiscais e até isenções para exportações de nossas riquezas, para os grandes lucros, rendas e fortunas. Além de concentrar cada vez mais a renda e a riqueza nos grupos mais ricos, ainda prejudica a arrecadação estatal e o financiamento de políticas públicas;

4. Mineração predatória e grande agronegócio de exportação: a exploração abusiva de recursos naturais por meio de mineração predatória e o grande agronegócio visam a exportação isenta de tributos, gerando elevados lucros para grandes corporações nacionais e estrangeiras, enquanto provocam degradação ambiental irreversível, precarização do trabalho e primarização da nossa economia.

A mobilização social organizada por entidades da sociedade civil – sindicatos, associações, centrais, movimentos sociais e demais coletivos - é crucial para identificar as causas do cenário de escassez e promover as mudanças necessárias para sairmos desse inaceitável cenário! É urgente impulsionar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do nosso país, garantindo respeito ao meio ambiente e vida digna para todas as pessoas. Vamos nos unir! #ÉHORADEVIRARoJOGO



PARTICIPE DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar - Brasília/DF - CEP: 70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil

■ Telefone: (61) 98581-2561 ■ E-mail: contato@auditoriacidada.org.br ■ <http://www.auditoriacidada.org.br/>

Estamos também nas Redes Sociais:



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADA

ABRIL / 2025